MEDICAMENTOS

Reajuste para remédios sai hoje

Sindusfarma projeta elevação média de 3,48%, abaixo da inflação. Esse pode ser o menor patamar de aumento desde 2018

» RAFAELA GONÇALVES

Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) vai anunciar hoje e o porcentual do teto do reajuste anual para o preço dos remédios em todo o país. A expectativa do setor farmacêutico é que a alta seja de até 5,06% neste ano, de acordo com os cálculos do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma).

A entidade, no entanto, projeta uma elevação média de cerca de 3,48% — o que pode ser o menor patamar de aumento desde 2018. O cálculo considera a inflação dos últimos 12 meses, além de fatores como a produtividade da indústria farmacêutica e a concorrência de mercado.

A medida passa a valer assim que é publicada no Diário Oficial da União (DOU), o que deve ocorrer nesta segunda. A partir disso, as farmacêuticas podem ajustar os preços de seus produtos.

A CMED esclarece, ainda, que

o percentual fixado não é um aumento automático nos preços, mas, sim, o reajuste do preço máximo permitido dos produtos. O aumento dos preços pode ir apenas até o patamar que for definido pelo órgão, nunca acima. "O objetivo do índice é criar um teto para evitar que os aumentos ultrapassem a inflação do período", informou o órgão, em nota.

"Ao mesmo tempo, o cálculo estabelecido na lei busca compensar eventuais perdas do setor farmacêutico devido à inflação e aos impactos nos custos de produção, possibilitando a continuidade no fornecimento de medicamentos", explicou a CMED.

Variação

A variação do reajuste é dividida em três níveis de acordo com a concorrência. Cabe ao fornecedor fixar o preço de cada medicamento colocado à venda, respeitados os limites legais. O aumento também varia conforme os remédios e depende da reposição



Percentual fixado é reajuste máximo do preço permitido pela CMED

de estoques e das estratégias comerciais dos estabelecimentos.

medicamentos foi de 4,5%, equivalente ao índice de inflação do período anterior, medido pe-No ano passado, o teto do reajuste oficial dos preços dos lo Índice Nacional de Preços ao Reajuste máximo autorizado

Histórico

nos últimos anos 2.84%

2010	2,0170
2019	4,33%
2020	5,21%
2021	10,08%
2022	10,89%
2023	5,6%
2024	4,5%

Projeção para 2025

Teto: 5,06% Médio: 3,48%

Consumidor Amplo (IPCA). "Em 2024, por exemplo, os medicamentos sujeitos a maior concorrência (Nível 1) apresentaram

média geral de desconto de 59,91% pelos fabricantes. Esse desconto pode ser ou não repassado aos consumidores pelas farmácias e drogarias", observou o órgão regulador.

Cálculo

Em nota técnica publicada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o órgão revelou que o Fator Y, um dos componentes para o cálculo do reajuste anual dos preços dos medicamentos no país, será

zero para o biênio de 2025/2026. De acordo com a agência, essa adequação permitirá minimizar o impacto dos custos que não são captados diretamente no cálculo do índice de inflação e que possuem impacto relevante sobre a estrutura de custo da indústria farmacêutica. O descumprimento do teto de preços pode levar a punições, conforme as normas da agência reguladora, que recebe denúncias por meio de um formulário digital.

Evaristo Sa/AFI



Presidente tem prazo, mas publicação deve ser feita nesta semana

Lula retorna ao Brasil e deve sancionar Orçamento

Após o retorno da viagem oficial à Ásia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve sancionar nos próximos dias o Orçamento de 2025. O texto foi aprovado pelo Congresso e encaminhado ao Palácio do Planalto na última quarta-feira. O prazo oficial estipulado para sanção é de 15 dias a partir da chegada do texto à Casa Civil. No entanto, a expectativa é de que a liberação se dê antes disso.

O chefe do Executivo desembarcou em Brasília, na noite deste domingo, depois de passar por Japão e Vietnã para discutir parcerias comerciais e tentar incluir a carne brasileira na lista de produtos comprados pelos japoneses.

Com três meses de atraso, a Lei Orçamentária Anual (LOA) deveria ter sido votada no fim do ano passado, conforme determina a Constituição. Entretanto, diante de impasses relacionados à transparência das emendas parlamentares, a votação foi adiada para

Sem a LOA aprovada, o Executivo conta mensalmente apenas com 1/12 avos da quantia que tem para custear a máquina pública. A peça orçamentária vai destravar, entre outros pontos, o reajuste de 9% para os servidores públicos federais, o novo Concurso Nacional Unificado (CNU), além do empenho de novas emendas parlamentares.

Na sanção, o presidente poderá vetar trechos do texto, que ainda passarão pela análise do Congresso, que pode mantê-los ou derrubá-los. Após a sanção, o governo terá 30 dias para publicar o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira (DPOF). (RG)



apoio:

SESI SENAI ADEMIL casa de cha sena seconério



realização:



